



Anais da Assembléia

Nº 061

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE MAIO DE 1991

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 49.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1991.
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Arlindo Troian.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Puddell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, José Afonso Júnior, José Tavares, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (41). - Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Doutor Rosinha, João Preis, José Arthur Ritti, Luiz Antônio Setti, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Nilton César Servo e Renato Adur (12). - Achando-se em licença o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu retiro o pedido de verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - O Deputado Erondy Silvério retira o pedido de verificação de votação. Está a Ata aprovada, com a retirada, também, do pedido de chamada nominal do Deputado Orlando Pessuti.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1259

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirada a Emenda de nº 01, aposta ao Projeto de Lei nº 151/91.

Sala das Sessões, em 29.05.91.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 1256

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo VOTOS DE CONGRATULAÇÕES à ORQUESTRA SINFÔNICA DO PARANÁ, pela comemoração de seus seis anos de existência.

Sala das Sessões, em 29.05.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Formada em 28 de maio de 1985 e caracterizada por uma constituição essencialmente jovem, a ORQUESTRA SINFÔNICA DO PARANÁ é reconhecida no País inteiro por suas apresentações de inigualável brilho e primor.

Pioneiro na idéia de formar nossa Sinfônica, o maestro Alceu Bocchino incorpora a idéia inovadora do conjunto dos músicos e da própria concepção da orquestra.

A Sinfônica mudou a vida musical curitibana. A Cidade prestigia as apresentações da Orquestra, lotando a platéia e aplaudindo em pé o talento e formação de nossos músicos.

A idéia e o trabalho extraordinário da

Orquestra Sinfônica do Paraná a Assembléia Legislativa quer se associar. A Sinfônica é um patrimônio do Paraná. Vamos abraçá-la com orgulho!

Que seja dada ciência ao Maestro Alceu Bocchino, Superintendente do Teatro Guaíra e Secretário de Estado da Cultura.

REQUERIMENTO N° 1258

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao SR. OZAÍAS OGLIARI, eleito Presidente da Associação dos Professores do Estado do Paraná - APP.

REQUER outrossim, que da decisão desta Casa seja dada ciência ao SR. OZAÍAS OGLIARI na APP.

Sala das Sessões, em 29.05.91.

(a) JOÃO ARRUDA

Apoio: Rossoni - Líder PRN, João Iensen, Lourenço Fregonese, Duílio Genari, Dalton Machuca, Toti Colaço, Algaci Túlio, Orlando Pessuti, Nelson Justus, Geraldo Cartário, Antônio Annibelli e Plauto Miró Guimarães.

REQUERIMENTO N° 1250

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, e com fulcro no disposto no artigo 54, XXXIV da Constituição do Estado do Paraná, REQUEREM, após ouvido o Egrégio Plenário, seja convocado o Senhor Heron Arzua, digníssimo Secretário de Estado da Fazenda, para expor a este Legislativo a motivação e os critérios adotados pelo Governo do Estado para proceder a correção das certidões de crédito expedidas em favor de credores, objeto dos Decretos n°s 7708, de 11.03.91 e 413, de 23.05.91, assim como qual o montante dos débitos do Poder Público Estadual especialmente com empreiteiras, a origem de tais débitos e a forma como vêm sendo administrados.

Sala das Sessões, em 29.05.91.

(aa) ERNANI PUDELL,

DOUTOR ROSINHA e

OVIDIO CONSTANTINO.

REQUERIMENTO N° 1242

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor MÁRIO PEREIRA, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de determinar estudos, em caráter de urgência, para a construção de uma ponte sobre o RIO ANDRADE, na divisa dos Municípios de CAPITÃO LEONIDAS MARQUES com BOA VISTA DA APARECIDA, no Distrito de SANTA LÚCIA, na lo-

Curitiba, quarta, em 29.05.91

calidade de LINHA ESPERANÇA.

Sala das Sessões, em 29.05.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O progresso e o desenvolvimento de uma região se inicia pelo meio de transporte para o escoamento de sua produção.

Para defender a necessidade da Ponte, o principal argumento da população dos Municípios de CAPITÃO LEONIDAS MARQUES e BOA VISTA DA APARECIDA é promover uma maior integração da região com os maiores centros, e principalmente no sentido de facilitar o escoamento da produção. A região é de acesso difícil, precário e essa precariedade se acentua enormemente nos períodos de chuva, tornando impossível para os moradores se movimentarem.

A construção da Ponte sobre o Rio ANDRADE, terá efeitos decisivos no desenvolvimento de uma região caracterizada por minifúndios voltados para a produção diversificada.

A importância inquestionável da construção da ponte, ligando definitivamente aquela região aos grandes centros, nos autoriza apresentar esta solicitação que esperamos seja acolhida pelo Senhor Secretário, MÁRIO PEREIRA.

REQUERIMENTO N° 1245

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado expediente ao Secretário de Estado da Educação Sr. Elias Abraão, solicitando seja enviado material didático (livros) para a biblioteca da Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco - Ensino de 1° e 2° Graus - Parque São Paulo - Cascavel - conforme especificado em anexo.

Sala das Sessões, em 29.05.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 1246

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o envio de expediente ao Secretário da Segurança Pública do Estado do PR, Exmo. Senhor Moacir Favetti e ao Governador do Paraná Exmo. Sr. Roberto Requião, para que sejam tomadas as devidas providências urgentes no sentido de garantir a vida dos 54 agricultores que ocupam a área localizada em Sertão do Capivary no Município de Bocaiuva do Sul, região Metropolitana de Curitiba; as referidas famílias estão sendo ameaçadas de morte pela Empresa de Mineração Cerro Branco Ltda, conforme especificação em anexo.

Sala das Sessões, em 29.05.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 1248

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso das prerrogativas regimentais REQUER à MESA, após a anuência do Plenário deste Poder Legislativo, o envio de expediente ao Secretário Especial para Assunto do Meio Ambiente, para que envie os seus valorosos esforços junto ao Governo do Estado, para o fim de doar à municipalidade de Morretes, um veículo apropriado para a coleta do lixo.

Que do presente, se dê ciência aos Digníssimos Prefeito e Presidente da Câmara do Município de Morretes.

Sala das Sessões, em 29.05.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O Município de Morretes, através da Prefeitura realiza essa prestação de serviço público à sua comunidade, por intermédio de dois (02) caminhões inapropriados para bem desenvolver o importante e essencial serviço a que são destinados.

Morretes, como as demais cidades do litoral paranaense, merece um tratamento melhor por intermédio das autoridades constituídas estaduais, tendo em vista a importância histórica que encrava no coração de todos os paranaenses e brasileiros que amam as belezas naturais e que precisam tão-somente que as conservamos limpas. Os habitantes do Município, em torno de dezoito (18) mil merecem e também são dignos de respeito e consideração, para tanto, REQUEREM do Governo do Estado, simplesmente a doação de um caminhão ou veículo apropriado para fazerem a coleta do lixo, demonstrando assim o seu imenso amor para com a natureza, e a amizade e o agradecimento àqueles que os visitam.

É o requerimento.

REQUERIMENTO N° 1257

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente endereçado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, objetivando à destinação de materiais didático-pedagógicos para o Colégio Estadual João Negrão Júnior, localizado na Municipalidade de TEIXEIRA SOARES.

Trata-se especialmente da doação de um aparelho de vídeo-cassete, a ser utilizado por todas as disciplinas como um moderno e proveitoso recurso auxiliar do aprendizado, como lembra o Ilustre Diretor daquele educandário, Senhor Aroldo Basso.

Pelos motivos expostos, espera-se o encaminhamento favorável ao que alude o presente Requerimento.

Sala das Sessões, em 29.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1255

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, no sentido de que determine estudos para viabilizar a implantação do ensino de 5.^a à 8.^a séries, na Escola Municipal "Antônio Scain" - Ensino de 1º Grau, sediada no Bairro Jardim Filadélfia, na cidade de Toledo.

Sala das Sessões, em 29.05.91.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Toda e qualquer ação para oferecer melhores condições de estudo à nossa Juventude, é sempre plenamente justificável.

No Bairro citado e mais os circunvizinhos (Parque residencial Pancera, Yara e Vila Becker), somam-se centenas de alunos estudando nas 5.^a a 8.^a séries, que infelizmente todas as manhãs precisam se deslocar para outros colégios, bem distantes de seus lares, o que dificulta enormemente a todos, prejudicando a normalidade de seu aprendizado.

Nada mais justo, o Estado determinar a implantação das 5.^a e 8.^a séries na Escola Municipal "Antônio Scain", que oferece todas as condições, inclusive espaço físico suficiente para abrigar as instalações do ensino das séries ora requeridas.

Agradecemos o apoio e aprovação deste nosso requerimento.

REQUERIMENTO N° 1257

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado ao Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, DNER, solicitando a instalação de redutores de velocidade na BR-277, entre a estrada do Centro Politécnico da UFPR e a SANEPAR (estação de tratamento).

Sala das Sessões em, 29.05.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justificar-se-ia somente pelo número de acidentes ocorridos no trecho em questão da BR-277, inclusive com mortes.

Esses dados, poderão ser confirmados junto ao departamento competente da Polícia Militar, evidenciando a necessidade de instalar redutores de velocidade.

É preciso considerar que, por tratar-se de uma ferrovia federal, os veículos que por ali transitam, o fazem com considerável velocidade, colocando em risco a integridade e mesmo a vida dos pedestres.

Trata-se, por fim, de uma reivindicação da população local, principalmente, pelo volume de pessoas que transitam, a pé, no trecho em questão.

Que do teor do presente dê-se ciência aos senhores vereadores da cidade de Curitiba.

REQUERIMENTO N° 1253

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, no sentido da destinação de materiais didático-pedagógicos para a Escola Estadual Francisco Stroparo, localizada na Municipalidade de IRATI.

Consustanciado no apelo conjunto da Senhora Diretora Maria Zuleika Onesko e dos membros da APM, trata-se de uma antiga aspiração dos que atuam naquele conceituado e tradicional educandário, no sentido de dotá-lo de técnicas mais modernas para a aprendizagem, como a doação de dois aparelhos, sendo um de televisão e outro de vídeo-cassete.

Que essa Pasta, com o devido encaminhamento, dê o respaldo necessário a presente questão.

Sala das Sessões, em 29.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1252

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, Requer à Mesa após ouvido o soberano Plenário, seja remetida correspondência dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, com o propósito de solicitar o envio de materiais didático-pedagógicos para o Colégio Estadual Professor Júlio César, localizado na Municipalidade de REBOUÇAS.

Trata-se da doação de um aparelho de vídeo-cassete, recurso que, cada vez mais, tem sido indispensável na melhoria das condições de aprendizagem, tanto no âmbito do primeiro grau, como no que diz respeito ao nível médio.

Neste sentido, em nome da Ilustre Diretora Iara Regina da Silva Krol, aguarda-se um parecer favorável à aludida solicitação.

Sala das Sessões, em 29.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1254

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetida correspondência ao

Curitiba, quarta, em 29.05.91

Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, no sentido da liberação de equipamentos didático-pedagógicos para o Colégio Estadual Santo Antônio, localizado na Municipalidade de IMBITUVA.

De iniciativa da Ilustre Diretora do mencionado estabelecimento de ensino, a Senhora Mariza Bittencourt Gomes, e conforme a correspondência em apenso, a doação de um aparelho de vídeo-cassete apresentará, mais que um simples recurso, um importante e indispensável instrumento para o desenvolvimento do processo de aprendizagem em todos os seus níveis.

Aguarda-se, em face dos motivos apresentados, a adoção de medidas concernentes ao que alude este pedido.

Sala das Sessões, em 29.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1243

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM o envio de Moção de Apoio ao movimento dos alunos da Universidade Católica do Paraná, que estão pleiteando um canal de negociação com a Direção da PUC-PR, no sentido de se encontrar uma solução para as mensalidades daquela Instituição, reajustados de forma absurda e requerem ainda seja dada ciência do presente ao DCE e Reitoria da PUC-PR.

Sala das Sessões, em 29.05.91

(aa) ERNANI PUDELL,
OVIDIO CONSTANTINO e
DOUTOR ROSINHA.

REQUERIMENTO N° 1244

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM Moção de Reconhecimento à Casa Latino-Americana - CASLA, pelo lançamento do Selo Comemorativo dos 500 anos da América Latina, oportunidade em que se rediscute a saga do Povo Latino-Americano,

Requerem ainda, seja dada ciência do presente à CASLA.

Sala das Sessões, em 29.05.91.

(aa) ERNANI PUDELL,
OVIDIO J. CONSTANTINO e
DOUTOR ROSINHA.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 206/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1° - A TV EDUCATIVA, vinculada à Fundação Rádio e Televisão do Paraná, produzirá programas educativos, culturais, artísticos e jornalísticos de caráter estadual, de forma gradual e progressiva,

consoante dispõe a Constituição Estadual.

Parágrafo Único - A produção de que trata o "caput" deste artigo deverá constituir, até um ano depois da data de publicação desta Lei, 50% (cinquenta por cento) da programação total da emissora.

Artigo 2º - O Poder Executivo regulamentará, mediante decreto, instruções que se fizerem necessárias à fiel execução desta Lei, ouvido o Conselho de Programação da Fundação Rádio e Televisão do Paraná.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.05.91.

(a) ALGACI TÚLIO

I - CONSTITUCIONALIDADE

"Art. 221 - A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atende-
rão aos seguintes princípios:

...

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetiva sua divulgação;"

...

(Constituição Federal)

"Art. 24 - O Estado implantará emissora de televisão, de caráter educativo e cultural, vinculada à Secretaria de Estado da Cultura, devendo sua programação dar prioridade à produção e à difusão dos valores culturais paranaenses."

(Constituição Estadual, ADCT)

II . MÉRITO

Garantida nas Constituições Estadual e Federal regulamentada na forma da Lei e, em operação, no Paraná, a TV EDUCATIVA - segundo temos verificado - não vem atendendo aos princípios para os quais foi criada.

Senão, vejamos a sua programação, repleta de produções geradas em outros Estados, caracterizando-a como uma mera retransmissora de imagens.

Ora, vemos o papel em uma TV EDUCATIVA, como destinada a proporcionar à população em geral a informação, a cultura, a formação artística longe dos interesses comerciais que acabam por dominar as outras emissoras.

A própria Constituição Federal garantiu o princípio da programação televisiva como destinada à veiculação de produções regionais.

Não se quer afirmar que a atual programação não seja de excelente nível - pelo contrário - o que queremos é garantir campo de trabalho para nossos profissionais, espaço para nossa produção e o próprio cumprimento da Constituição.

Podem alegar que, hoje, não teríamos estrutura para produção de programa regional ou mesmo, que carecemos de um planejamento nesse sentido.

Pois aí está o projeto, que se constitui, inegavelmente, numa oportunidade para traçarmos uma política de produção para a TV EDUCATIVA.

O projeto prevê as dificuldades e exatamente por isto, fala em gradualidade e progressividade na produção. É imprescindível que, um dia, comecemos a enfrentar as dificuldades, mas que, em contrapartida, comecemos a efetivamente produzir e ver essa produção chegando à população.

Trata-se, tenho certeza, de uma reivindicação de todos os envolvidos na produção jornalística, educativa, cultural e artística do nosso Estado e deve, também, ir de encontro ao que o próprio Poder Executivo pensa a nível de promoção e valorização da cultura paranaense.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 207/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedida uma pensão mensal no valor de Cr\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil cruzeiros) a Eunice Gomes da Silva Nascimento e Karla Naiany Nascimento, com dois anos de idade, esposa e filha do ex-agente de reclusão Carlos Augusto Nascimento.

Parágrafo Único - A pensão de que trata este artigo será reajustada na mesma proporção dos aumentos que periodicamente forem concedidos ao cargo de agente de reclusão.

Art. 2º - A pensão de que trata esta Lei será paga em partes iguais aos beneficiários, deixando de ser devida à esposa caso venha a possuir rendimentos próprios ou contrair matrimônio, e a filha quando atingir maioridade.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 23 de março de 1991.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.91

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

JUSTIFICATIVA:

O Plano de Lei que ora submetemos à apreciação de Vossas Excelências é, sob todos os aspectos, indiscutivelmente justo e oportuno, eis que virá ensejar condições mínimas de sobrevivência à família do ex-servidor Carlos Augusto do Nascimento, tragicamente morto em 21 de março do corrente ano, quando, no estrito cumprimento de seu dever legal, procurava recapturar alguns internos evadidos da Colônia Penal Agrícola Manoel Ribas, conforme está descrito no "boletim de ocorrência" que vai em anexo.

Permitimo-nos lembrar aos Nobres Depu-

tados que, em situação semelhante, o próprio Poder Executivo se encarregou de encaminhar a esta Assembléia Legislativa mensagem propondo a concessão de igual benefício à família do ex-servidor Adalberto Gomes da Silva (Projeto de Lei nº 378/89), integralmente aprovado por esta casa.

Face ao exposto, esperamos o apoio de todos os ilustres Deputados que integram este Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Passamos, de imediato, ao Horário destinado ao Pequeno Expediente. Concedemos a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desde 1984, na época do Governo Richa as escolas estaduais do Paraná realizam eleições para escolher os seus diretores com base da Lei nº 7961.

Só para recordar, nesta época, em 1984, Roberto Requião era Deputado Estadual, aqui nesta Casa, e somou votos para a aprovação da referida lei, que dava direito aos alunos e professores elegerem o diretor das suas escolas. Estas eleições, eram, na época proposta de campanha, bandeira de luta do PMDB, naquele tempo de oposição.

Surpreendentemente os jornais de hoje publicam notícias que nos deixam estarrecidos. Dúvidas sobre a constitucionalidade da lei após 7 anos de vigência. Esta lei, é bom que se diga é de autoria do Deputado Estadual da época, Rubens Bueno, hoje Deputado Federal, que por sinal se encontra neste plenário hoje.

Após 7 anos o Governador Roberto Requião, levanta dúvidas sobre a constitucionalidade desta lei, dúvidas também sobre a experiência dos Diretores na área administrativa das escolas, os diretores são professores das escolas e são eleitos diretores. Dúvidas ainda, segundo a imprensa, que os professores estão caindo de para-quedas nas escolas para serem diretores das mesmas.

Está se levantando esta dúvida, se é justo que o Governador do Estado homologue cargos de confiança a pessoas que não foram escolhidas por ele, como direção de uma escola. Em nome de estabelecer limites para que um professor se candidate ao cargo de diretor de uma escola se ingressa, agora, após 7 anos, quando o então Deputado aprovou a lei. Hoje, sendo Governador do Estado ingressa no Judiciário arguindo a constitucionalidade da lei, que ele mesmo ajudou a aprovar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no mínimo é suspeito o que se vê hoje, as argumentações do Governador do Estado sobre as

eleições dos diretores, nas escolas. Eu pergunto, por que não mandou então outro projeto de lei, para a Assembléia Legislativa, para se corrigir as deficiências apresentadas no projeto de lei, ou apresentadas agora pelo Governador? Por que não corrigir a lei enviando um novo projeto para a Assembléia? Será que depois de julgada pela Justiça a inconstitucionalidade desta lei, virá outra lei para o Legislativo para estabelecer os limites argumentados pelo Governador, na então lei, aprovada em 1984?

Será que não se quer acabar, de vez, com as eleições dos diretores das escolas do Paraná?

Isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos deixa preocupados e nos deixa as indagações: - onde está o democrata Requião, da época, e Deputado, na época, de Oposição, e na época em que se pregava, com bandeira de luta, do PMDB, do seu partido, aquilo que hoje no seu entendimento não pode ser aplicado, não tem condições de ser aplicado nas escolas, aplicada a lei que o mesmo ajudou a aprovar nesta Casa de Leis. Aqui está a prova de que enquanto campanha se diz muita coisa, se faz muita coisa, se inventa proposta, projeto; que é aquilo que se tenho dito, sempre onde estou com os eleitores, nas épocas de campanha se diz, os políticos dizem aquilo que o povo gosta de ouvir e não aquilo que está realmente no seu intuito, na sua cabeça, no seu pensamento. E está aqui comprovado o que eu tenho dito com estas atitudes do Governador Roberto Requião, que nos deixa muito preocupados e temos que nos preocupar para que isto não venha a cair, a voltar atrás este período de autoritarismo, ou este período de que se pregava a democracia dizendo que não existia e que hoje se volta atrás através de argumentos desses do Senhor Governador.

Eu encerro por aqui, muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Esta Presidência, com muita satisfação, registra a presença do Deputado Federal, Rubens Bueno, ao Plenário da Assembléia.

SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Eu quero registrar também Sr. Presidente a presença do Deputado Federal Edi Silipranti, do município de Cascavel.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, quando da despedida oficial do Governador Álvaro Dias nesta Casa nós, à época, tivemos a

oportunidade de ouvir o pronunciamento do então Governador, onde ele nos dava contas da situação econômica e financeira do Estado. Apregoava na ocasião que o Estado do Paraná tinha uma saúde financeira invejável, esta com os seus compromissos rigorosamente em dia. Tão logo assume o Governo Requião, adota-se como primeira medida a contenção de todas as despesas e o pagamento de todos os compromissos do Governo; o que demonstra efetivamente que a realidade do Estado do Paraná era bem outra daquela que apregoava o então Governador. Mais do que isso, nós temos assistido e visto pela imprensa, que hoje o Governo do Paraná tem a sua capacidade de investimento praticamente anulada, é um Estado hoje, que segundo o próprio Governo Estadual não dispõe mais do que 18 bilhões de cruzeiros para investimento; e o que é mais grave, nós temos no Estado do Paraná uma situação de defasagem salarial em todo o corpo funcional do Estado; não apenas dos servidores, dos funcionários públicos, mas também dos trabalhadores das instituições, das autarquias, das fundações do Estado. Nós sabemos também que o Governador Álvaro Dias foi muito pródigo na administração passada em contratar e realizar muitas obras para o nosso Estado; obras, em sua grande maioria, de rodovias. Rodovias que este Estado contratou, sobre as quais pesam sérias dúvidas sobre a licitude dos contratos firmados.

Nós aqui nesta Casa já denunciávamos uma informação recebida sobre o custo da obra rodoviária que liga Pranchita a Pérola do Oeste. Segundo informações, vindas do próprio Palácio, teria custado a soma de um milhão de dólares o quilômetro da rodovia.

Enviamos carta-ofício solicitando as cópias de todos os processos licitatórios que foram efetuados no Governo Álvaro Dias.

Também foram pedidas cópias de todos os projetos, os projetos de engenharia, processos licitatórios, contratos celebrados com a empresa que construiu a rodovia de Pranchita a Pérola do Oeste. Até o presente momento não obtivemos resposta.

Sabe-se que o Governo do Estado do Paraná se endividou de uma forma escandalosa para realizar o seu programa de obras.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que é mais grave e que estamos levantando hoje, neste momento, é que com a extinção do BTN o Governador Álvaro Dias, em decreto publicado no dia 11 de março de 1991, determinou que todas as faturas que o Estado devia às empreiteiras fossem corrigidas pela TR. Até aí tudo bem, caso a licitação e os contratos firmados com as empresas que construíram as rodovias no Paraná prevejam que é possível. Mas o que nos causa estranheza e gostaríamos de ob-

ter uma resposta clara, imediata do Governador Requião, é o decreto que assina e que é publicado agora no Diário Oficial do dia 23 de maio, na semana passada, onde consta que as certidões de crédito expedidas pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, DER, em favor de credores de que trata o decreto 7.708, de 11 de março de 1991, que tenham sido dadas em garantia de operações junto ao Banco do Estado do Paraná, terão seus valores corrigidos pela Taxa Referencial Diária, não mais a TR com correção mensal, mais juros de 12% ao ano.

Srs. Deputados, é a melhor aplicação que existe hoje no mercado financeiro!

O nosso Governador Requião, aparentemente tão generoso com as empreiteiras, a exemplo da administração passada, agora brinda-nos parece, mais uma vez, estes credores do Estado com uma correção dos seus créditos baseada na TRD e mais juros de 12% ao ano.

Estou aqui a acreditar que, em breve, o nosso ilustre Líder do PMDB, do Governo, aqui na Assembléia Legislativa do Paraná, certamente irá trazer-nos uma mensagem do Governador Roberto Requião dizendo que, a partir de agora, os vencimentos também dos servidores e funcionários deste Estado serão corrigidos pela TRD e mais 12%.

Ora, Srs. Deputados, se o Governador Roberto Requião tem sido tão generoso preservando o interesse destas empreiteiras sobre as quais pesam enormes dúvidas sobre os contratos firmados, nós certamente teremos um tratamento igual, talvez até mais generoso, com relação aos funcionários e servidores deste Estado que tem defasagens de até 500% em seus salários. Um tratamento, no mínimo, de isonomia, que possivelmente deve adotar o Governador.

Esperamos, temos requerimento na Mesa que o Secretário da Fazenda venha em breve aqui neste Plenário dar esclarecimentos sobre estas e outras questões que afetam as finanças do Estado e que não estão devidamente esclarecidas.

Era isso, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Albino Corazza.

O SR. ALBINO CORAZZA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Toledo conseguiu, no ano de 87, iniciar a construção de uma escola agrícola de primeiro grau, de quinta a oitava série, tanto é verdade que com o apoio das duas maiores empresas do município, a Sadia e a COPAGRO, adquiriu, na época, vinte alqueires para a construção da sua escola agrícola municipal. Neste ano será formada

a primeira turma de alunos dessa escola agrícola; alunos, filhos de agricultores, que permanecem o dia nessa escola.

A comunidade de Toledo, as suas autoridades estão, agora, solicitando ao Governo do Estado que implante no município de Toledo uma escola agrícola de segundo grau, fazendo seqüência aos estudos do primeiro grau já implantado com os recursos do município de Toledo e o apoio do Ministério da Educação. Tanto anseia essa escola agrícola de segundo grau que já adquiriu mais três alqueires de área anexa para que o local sirva para escola de primeiro e segundo graus. Concomitantemente, as suas lideranças agrícolas discutem e questionam a sua realidade agrícola do interior do município, tanto é verdade que no último dia 18 mais de duzentas e trinta lideranças do interior do município de Toledo se reuniram em um seminário de política de desenvolvimento sócio-econômico do interior para debater a sua realidade e a escola agrícola foi um ponto comum onde todos realçaram a importância desta escola, a necessidade de se incluir no currículo escolar do município a questão agrícola. Mais um seminário vai ser promovido agora no dia 06 de junho, que tem como tema o lixo tóxico e os seus problemas. Neste seminário estão autoridades das mais especializadas no tema que existem no País, vindas da Universidade de Campinas, com a presença de dois Secretários de Estados: Secretário do Meio Ambiente, Tadeu França, e Secretário da Agricultura, Osmar Dias.

O município de Toledo está fazendo investimentos para que a escola agrícola do segundo grau, que está solicitando junto à Secretaria do Estado da Educação, não seja um presente, mas seja uma conquista por tudo aquilo que o município já fez e vem fazendo para discutir o seu futuro na agricultura. Nós sabemos que o êxodo rural, o esvaziamento do interior só será estancado quando os filhos dos agricultores estiverem preparados para trabalhar na terra, para produzir os alimentos que a família e o povo brasileiro consomem.

Por isso, registramos aqui este requerimento e pedimos o apoio desta Casa para que Toledo possa ter, já a partir do ano que vem, essa escola agrícola de segundo grau.

Aproveitamos também, a tribuna, para registrar um acontecimento político-partidário que aconteceu em Toledo no último sábado, dia 25 de maio. Os municípios do Oeste os companheiros do PDT estiveram reunidos em Toledo discutindo o presente e o futuro do PDT. Trinta e dois municípios da região Oeste se fizeram representar, além do município de Guarapuava, de Curitiba, e de Nioaque de Mato Grosso do Sul.

Curitiba, quarta, em 29.05.91

Tivemos a presença de três Deputados Estaduais, nosso Líder Geraldo Cartário, Cezar Silvestri e este que vos fala. Tivemos, também, a presença do Deputado Federal Edil Siliprandi, que se encontra aqui nesta Casa e voltamos a registrar a sua presença. Outras lideranças se fizeram presentes ao final do Encontro para aprovar a Carta do Oeste.

Pego para ocupar o Horário da Liderança do PDT para concluir o nosso pronunciamento.

(Assentimento).

A Carta do Oeste com o apoio unânime de todas as Lideranças presentes, em torno de 300 Líderes do PDT, concluíram fazendo um apelo ao Diretório Nacional e à Direção Regional para que todos os companheiros considerem partidariamente o episódio da eleição de 1990 superado, e que a busca pela unidade partidária seja um objetivo comum pondo fim a qualquer tipo de retaliação. Este é o desejo do PDT do Oeste.

Também solicita à Direção Nacional a inclusão de Deputados Federais e Estaduais na Comissão Provisória Regional do Paraná.

Solicita uma definição de um calendário das convenções municipais num prazo de 90 dias a contar do dia 25 de maio.

Define como meta para 91 a organização do PDT em todos os municípios do Paraná; realização de encontros regionais, mensais e bimensais, fazendo-se novas filiações partidárias. Indicar candidaturas próprias para Prefeitos e Vereadores no pleito de 1992 para Governador, Senador e Deputados em 1994, e logo indicando a candidatura do Líder Leonel Brizola à Presidência da República.

E solicitam também um encontro das Lideranças do Paraná, Prefeitos, Deputados Estaduais e Federais com a direção Executiva Nacional, se possível já no dia 03 de junho em Brasília.

E por fim declaram o PDT como um partido que se firmou definitivamente no Paraná devendo assumir, assim, um papel próprio nesse Estado. É o registro da reunião que se realizou em Toledo em que as lideranças do Oeste subscrevem esta Carta, já tendo sido aprovado também o próximo encontro para o dia 29 de junho na cidade de Guarapuava onde todos os companheiros do PDT do Paraná poderão estar presentes e discutir o futuro do seu partido.

O nosso muito obrigado. Agradeço o espaço e a prorrogação do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerrando o Horário do Pequeno Expediente, já usando da Liderança o Partido Democrático Trabalhista, entramos no Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Alceu

Swarowski.

(Declina).

Passamos ao Horário das Lideranças.

PT com a palavra, PL, PFL, PRN, PSDB, PMDB, PTB; todos declinam.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constando do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 106/91, que cria no quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, 03 (três) cargos em Comissão de Assessor de Recursos, todos com a Simbologia DAS-4. Aprovado. (Public. no DA. n. 47, de 06.05.91, em 1.ª Discussão).

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 151/91, de autoria do Poder Executivo, que institui a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania e transforma a atual Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e de Ação Social, assim como adotar outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Com EMENDA DA C.C.J., por unanimidade em REGIME DE URGÊNCIA. E com EMENDA DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente, solicitando a retirada da Emenda n. 01, aposta ao Projeto de Lei n. 151/91. Deferido.

O SR. RAFAEL GRECA - (Para encaminhar) Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O momento histórico da criação da Secretaria de Estado da Justiça e de Cidadania, pede que se proclame nesta Assembleia, sobretudo a Bancada do Governo a situação precaríssima de todas as instalações de suporte da administração da justiça no Estado do Paraná.

A Delegacia da cidade de Palmas construída no tempo do primeiro Governo do Senhor Moisés Lupion, conta hoje com pelo menos 47 detentos, 25 dos quais já deveriam estar na Prisão Provisória do Ahú.

Eu tenho em minhas mãos uma carta de um detento, preso no dito "xadrez" de Paranaguá, aonde ele descreve as condições desumanas, aflitivas mesmo para os direitos humanos, as quais eles são submetidos, inclusive com a ausência de alimentação.

O manicômio judiciário do Estado é um espaço de horror a fazer inveja aos mais patéticos cenários do teatro do absurdo.

Na verdade, me informa o Senhor Deputado Annibelli, que Palmas contava com os detentos no xadrez, porque todos fugiram na noite de ontem por relapso ou por falta do Delegado.

Muito bem, no momento histórico que se cria a Secretaria com o nome pomposo de Justiça e de Cidadania, o Senhor Deputado do PT, o Senhor Constantino, informa à Assembleia da patética intenção do Senhor Governador de acabar com as eleições nas escolas públicas estaduais.

Nada é mais voltado para a idéia da cidadania para a idéia da construção de justiça, do que eleição dentro da escola. Nada é mais forte em termos de justiça do que a administração da justiça segura, concreta, eficaz, coisa que tem sido negada ao povo paranaense.

Então neste momento histórico, eu queria pedir ao Senhor Governador do Estado que ao invés de colocar o revólver na bota a maneira traiçoeira dos membros da Camorra Napolitana, coloque isto sim a bala no revólver de todos os policiais do Paraná, estas balas todas que estão a carecer a polícia, equipe os carros da polícia do Estado, pague bem a tropa, organize o aparato de segurança, reforme as cadeias públicas, que são todas elas já prédios também pelo patrimônio histórico. Aliás o de Palmas é um cenário estarrecedor, eu já o visitei.

E mais do que isso, não abdique desta conquista tão bonita da cidadania do Paraná que é a eleição para diretores nas escolas. Afinal de contas justiça e cidadania são duas aspirações da sociedade que quer viver de acordo com os direitos humanos e que precisam ser digna e convenientemente administradas pelo Estado, além do espetáculo, do espetáculo às vezes de gosto discutível do Governador xerife.

Era isto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Sobre o projeto há Emenda do Deputado Duílio Genari. O projeto retorna à Comissão de Justiça pelo prazo de quarenta e oito horas. Está encerrada a discussão do projeto.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 063/91, de autoria do Deputado PAULO MALA e outros, que estabelece a obrigatoriedade de consignação, em folha de pagamento das

mensalidades das entidades associativas e sindicais dos Servidores Públicos. Com **PARECERES FAVORÁVEIS** da C.C.J. e C.F., por unanimidade. (Public. no DA. n. 18 de 13.03.91). - Em discussão.

O SR. PAULO MAIA - (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Neste momento também nós saudamos a equipe da Associação dos Professores do Paraná - APP - Sindicato, sua Presidente, os Presidentes dos demais núcleos.

A nossa vinda a esta tribuna para encaminhar o projeto que ora se encontra em discussão prende-se à necessidade de alguns esclarecimentos a respeito do mesmo, visto terem surgido dúvidas do procedimento de tal iniciativa.

O projeto de lei ora em discussão deixa bem claro a regulamentação da necessidade de implantação de descontos nos holerites dos funcionários públicos do Paraná, desde que aprovada nas Assembléias Gerais e estes autorizem por escrito a implantação do referido desconto. Ainda colocamos, fazemos questão de frisar que só podem ser efetivadas, canceladas, suspensas ou interrompidas mediante expressa autorização de cada associado.

Nós temos enfrentado a cada instante em que os trabalhadores do serviço público do Paraná sentem a necessidade de manifestação para garantir direitos reivindicatórios, se tem sempre uma guilhotina sobre a cabeça desses servidores, que é um direito garantido pela Constituição Federal que é o desconto para a manutenção das entidades associativas ou sindicais.

No momento em que a categoria se mobiliza, derruba-se o projeto ao bel-prazer do administrador como forma de sufocar a manifestação desses trabalhadores. E é bem clara a Constituição Federal quando diz em seu artigo 8º da livre associação profissional ou sindical, observando o seguinte: "A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência, a intervenção na organização sindical".

Diz o mesmo artigo, inciso 4º - "A Assembléia Geral fixará a contribuição que em se tratando de categoria profissional será descontada em folha para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente de contribuição prevista em lei."

Nós temos certeza que, para cumprir o que determina a Constituição Federal, também o Governo Federal toma posição coerente quando, através da Lei n. 8112 de 12 de dezembro de 1990, determina, através do art. 73, que "é assegurado o desconto em folha de pagamento dos servidores das mensalidades das entidades representativas."

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Um Estado de Direito Democrático só se constrói e perdura fundamentado em uma sociedade civil pluralista e de instituições sólidas, com ampla garantia de liberdades individuais e associativas.

A Constituição Federal, enquanto documento jurídico a expressar a vontade política da Assembléia Nacional Constituinte, concebeu, dentre as instituições civis, a possibilidade de organização sindical dotada de ampla liberdade.

Cabe a nós Parlamentares, no processo de complementação legislativa, sermos fiéis e não traírmos o sentido dado pela Constituição e pelo Constituinte à matéria, e consagrar a possibilidade de que a classe trabalhadora tenha fortalecida a sua organização, pois trata-se de fundamento de uma sociedade que se propõe democrática.

O Projeto de Lei nº 63/91 trata da obrigatoriedade da Administração em descontar em folha de pagamento de seus servidores, as mensalidades dos sindicatos em que estes livremente se filiarem.

No Paraná esta matéria sempre foi objeto de decretos, como o de número 7825, de 22 de abril de 1986, o de nº 5450, de 31 de julho de 1989, e o de nº 6774, de 19 de abril de 1990, este último o mais casuística de todos - pois editado tão somente para desestabilizar as entidades associativas que na época se mobilizavam por melhores salários.

Aliás, o tratamento dado à questão pela administração pública deu-se sempre mais como forma de pressão às entidades associativas de servidores, buscando a sua cooptação e cerceando a sua liberdade.

A lei, criada, discutida e aprovada neste Parlamento é a única segurança jurídica que a classe trabalhadora da administração pública tem de ver assegurada a estabilidade das suas entidades representativas, e é indubitável que a Constituição Federal prestigiou a liberdade de associação.

Não há de se alegar que a Constituição Federal não contemplou a possibilidade do desconto em folha de pagamento das mensalidades com que os servidores contribuem às suas entidades representativas.

Uma leitura constitucional restritiva corrompe a melhor técnica interpretativa que prevê entendermos o texto da Constituição não só naquilo em que explicitamente ostenta mas, também, naquilo em que implicitamente resulta.

Assim, quando o artigo 8º, "caput" e inciso IV, prevêem a não intervenção estatal na organização sindical e o desconto em folha da contribuição ao sistema confederativo a que a entidade pertence, na verdade está a nos indicar com clareza o

caminho de que a intenção do legislador foi prestigiar o associativismo, e também obrigar os descontos em folha como forma de assegurar este associativismo, principalmente se tivermos a clareza e o conhecimento técnico necessário para sabermos que o sistema confederativo é composto e mantido não só pelas entidades de 2º e 3º graus, federações e confederações, mas, em especial, pelas entidades de 1º grau, aqueles sindicatos que operam diretamente com as categorias e que sobrevivem das suas contribuições.

Também não há de se alegar que esta consignação em folha de pagamento representa a despesa para o Estado. Na verdade, trata-se de uma forma que o Estado se utiliza para fazer receita, pois há mais de 20 (vinte) anos é remunerado por estes serviços.

O serviço de consignação em folha de pagamento das mensalidades passou a ser remunerado até além do seu custo operacional e, atualmente, as entidades classistas consignatárias deixam para o Estado o correspondente a 1% (hum por cento) do constante consignado e descontado em folha.

O Projeto de Lei nº 63/91 visa, também, a coibir qualquer ato arbitrário da administração pública em cancelar unilateralmente as consignações das mensalidades pagas pelos servidores às suas entidades representativas.

Entre as partes envolvidas no processo de consignação - servidor, Estado e entidade associativa - estabelece-se evidente e indiscutível "pacto de delegação de pagamento", ou seja, o servidor autoriza o Estado a destacar dos seus vencimentos uma parcela e creditá-la na conta da entidade associativa; a entidade associativa, por sua vez, remunera o Estado pelo serviço prestado.

Efetivamente, como se vê, apenas o servidor é titular do direito de querer ou não a consignação e no momento em que o Poder Público por qualquer motivo impede o exercício deste direito, está cometendo ato arbitrário, porque fere a vontade alheia e viola direito líquido e certo.

É este direito do servidor que também estamos a defender. O Projeto de Lei de nº 63/91 é consubstanciador também da garantia da vontade individual do cidadão que busca utilizar um direito constitucionalmente previsto.

"Mais valem dois juntos que um só, pois tiram vantagem de sua associação. Se um cai, o outro sustenta-o. Desgraçado do homem só, pois, quando cair, não terá ninguém que o levante".

Este texto da Rerum Novarum, que completa seu centenário neste ano em que a CNBB deflagra sua Campanha da Fraternidade

sob o título "Dignidade no Trabalho", já demonstrava a preocupação com a liberdade da organização e sua importância na vida do trabalhador.

Cabe a nós não sermos omissos com a classe trabalhadora nesta hora grave em que coloca uma de suas questões mais importantes, nesta hora, em que buscam desse Parlamento a lealdade em relação àquela liberdade de associação que a Constituição concebeu e que cabe a nós concretizarmos, sob pena de não cumprirmos o dever de tentar construir uma sociedade mais livre, justa, solidária e democrática.

O SR. PAULO MAIA - Solidária e democrática.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o projeto de lei que estamos apresentando, não tem objetivo demagógico, não fere princípios constitucionais, como alguns quiseram entender, não representa montepios, não representa assalto à folha de pagamento dos trabalhadores do serviço público, mas representam sim, a sua vontade, o seu anseio - e a liberdade de dizer aquilo que melhor entende.

Por quê?

Porque através das suas assembleias gerais, através de uma assinatura sua que ele estará dando ao seu sindicato o direito do desconto ou não.

Não é a imposição não é a vontade de se querer fazer o desconto por fazer e não é o desejo de apresentar projeto de lei demagógico.

Por isso nós acreditamos que inexiste norma constitucional que obrigue a implantação em folha de pagamento das mensalidades sindicais, obviamente. E temos certeza que isso vai representar por essas entidades, para essas associações e sindicatos a desamarra, a carta de alforria, a liberdade de fazer um sindicato livre e democrático que quiseram os nossos constituintes e que quer a nossa Constituição.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto. - Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 132/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que denomina "Rodovia Avelino Piacentini", o trecho da Rodovia PR.317, compreendido entre o Município de Campo Mourão e a ponte sobre o rio Ivaí. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 32, de 10.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 132/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Geraldo Cartário, objetiva denominar "Rodovia Avelino Piacentini", o trecho da Rodovia PR-317, compreendido entre o Município de Campo Mourão e a ponte sobre o Rio Ivaí.

Aprovado. (Publ. no DA. n° 48, de 7.05.91).

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da propositura em exame nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa pelos competentes órgãos desta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 164/91

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Arlindo Troian, objetiva denominar a Rodovia PR-463, desde seu início no Município de Nova Esperança, até o seu final às margens do Rio Paranapanema no Município de Santo Inácio, divisa com o Estado de São Paulo, de Deputado Branco Mendes.

Procedida à análise legal, constitucional e regimental do Plano Legislativo em tela, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, cabendo-nos ressaltar o elevadíssimo aspecto meritório da iniciativa.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação da matéria estando o Projeto em condições de receber a apreciação do douto Plenário desta Casa.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 21.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 164/91

PARECER:

O plano de lei em exame, de iniciativa do nobre Deputado Arlindo Troian, objetiva denominar a Rodovia PR- 463, desde o Município de Nova Esperança até as margens do Rio Paranapanema no Município de Santo Inácio, na divisa com o Estado de São Paulo, de Deputado Branco Mendes.

A homenagem a que o projeto em tela alude, mais que consignar um gesto de grandeza deste Legislativo, faz justiça a uma existência devotada aos interesses sociais e públicos.

A vista deste conceito o parecer é no sentido do integral acolhimento do Projeto.

Sala das Sessões, em 23.05.91.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

RENATO ADUR

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 164/91, de autoria do Deputado Arlindo Troian e outros, que denomina Rodovia "Deputado Branco Mendes", a PR- 463, desde o município de Nova Esperança até o seu final às margens do Rio Paranapanema no Município de Santo Inácio divisa com Estado de São Paulo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade.

Sobre a mesa, requerimento de n° 1250, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 08.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 132/91

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Geraldo Cartário, tem por finalidade denominar "Rodovia Avelino Piacentini", o trecho da Rodovia PR 317, compreendido entre o Município de Campo Mourão e a Ponte sobre o Rio Ivaí.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

A justificativa demonstra ser o homenagem digno do reconhecimento da comunidade que ele tanto serviu, sendo que sua obra o faz merecedor da honraria que ora lhe vem prestar o Estado do Paraná.

No âmbito desta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, não há nada que obste a tramitação do Projeto de lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.05.91.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

DOBRANDINO DA SILVA

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 1246, de autoria do senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, nós queremos encaminhar na próxima segunda-feira, juntamente com o Deputado Neivo Beraldin, uma cópia da carta do Seminário Região Metropolitana de Curitiba para que faça parte dos Anais desta Assembléia, já que foi um dos grandes Seminários com um grande aproveitamento com a participação maciça dos Senhores Prefeitos da Região Metropolitana, de Vereadores, entidades ligadas às áreas da Região Metropolitana e por certo esta carta que traz aqui os anseios dos quatro Blocos que foram constituídos necessitaram, evidentemente, de, além de ficarem registrados, uma cobrança do Governador e das autoridades no que é solicitado nesta carta.

Ao mesmo tempo gostaria de registrar, muito embora não seja o Plenário um programa de rádio ou de televisão, mas com muita satisfação e muito orgulho, o aniversário da única mulher representante nesta Assembléia a Deputada Emília Belinati.

Aplausos).

E ainda, Senhor Presidente, quero registrar neste momento de alegria e de presença constante da Deputada Emília Belinati, a ausência pela terceira vez consecutiva do Deputado gazeteiro José Artur Rititi.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós apresentamos alguns outros requerimentos de moção de apoio e parece-me, se eu ouvi bem, apenas dois requerimentos foram lidos por Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Antes de decidir a questão de Ordem, convido o Senhor Deputado Algaci Túlio...

Vossa Excelência, Deputado Ernani Pudell tem razão.

A Mesa tem adotado um critério que quando é de apoio, de aplauso, não temos submetido a Plenário, mas vamos submetê-los ao Plenário.

Requerimento de nº 1244, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Doutor Rosinha, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1243, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Doutor Rosinha, constan-

te do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1242, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1245, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1248, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do Expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1255, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nºs 1251 a 1254, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1256 e 1257, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1258, de autoria dos Senhores Deputados João Arruda, Rossoni, Orlando Pessuti e demais Srs. Deputados, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 151/91.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 63/91, 132/91 e 164/91.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 70/91, 116/91, 128/91, 129/91, 143/91, 189/91 e 191/91.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 5.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e um, às dez horas, na sala de reuniões das comissões, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilton Barbosa, Mário Bezerra, João Iensen, Élio Lino Rusch. De acordo

com o Regimento Interno e havendo número legal, o Senhor Presidente da Comissão, Deputado Nilton Barbosa, abriu os trabalhos para apreciar a Proposição nº 33/91, que trata da prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, exercício de 1990, que foi relatado pelo Senhor Deputado Mário Bezerra, que opinou pela sua aprovação, no que foi acompanhado pelos Senhores Deputados presentes, levando-se em conta que o processo apresentado encontra-se dentro das normas, devendo ter livre prosseguimento nesta Casa de Leis. A outra Proposição apresentada foi a de nº 34/91, que trata da prestação de contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que foi relatada pelo Senhor Deputado Élio Lino Rusch, que enalteceu os serviços prestados pela CABENFALE, dando Parecer Favorável, no que foi acompanhado por unanimidade pelos nobres pares. O Senhor Presidente aproveitou a oportunidade para comunicar aos Senhores Deputados que se encontram à disposição de todos que desejarem consultar ou verificar as prestações de contas das seguintes Autarquias e Fundações, obedecendo o Parágrafo 9º - Artigo 27 da Constituição Estadual, que são: Protocolo nº 3320/91, prestação de contas do Departamento de Imprensa Oficial do Estado, exercício/90; Protocolo nº 9751/90, Relatório de Atividades do 3º e 4º trimestres do Tribunal de Contas, exercício/89; Protocolo nº 887 e 888/90, Relatório de Atividades do exercício/89 do Tribunal de Contas; Protocolo nº 1677/91, Relatório de Atividades do Tribunal de Contas, exercício/90; Protocolo nº 2223/91, prestação de contas do BANESTADO S/A Informática, exercício/90; Protocolo nº 3590/91, prestação de contas do BANESTADO S/A, exercício/90; Protocolo nº 2553, prestação de contas do BANESTADO S/A Leasing, Arrendamento Mercantil, exercício/90; Protocolo nº 2222/91, prestação de contas do BANESTADO Administração de Bens e Serviços, exercício/90; Protocolo nº 2183/91, prestação de contas da SANEPAR, exercício/90; Protocolo nº 3608/91, prestação de contas do Instituto de Previdência do Estado - IPE, exercício/90; Protocolo nº 3609/91, prestação de contas da Universidade Estadual de Londrina - UEL, exercício/90; Protocolo nº 3550/91, prestação de contas da COPEL, exercício/90; Protocolo nº 1922/91, prestação de contas do Departamento Estadual de Administração do Paraná - exercício/90; Protocolo nº 1887/91, prestação de contas da CLASPAR, exercício/90; Protocolo nº 1973/91, prestação de contas do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná - FAE, exercício/90; Protocolo nº 2715/91, prestação de contas da CELEPAR, exercício/90; Protocolo nº 2584/91,

prestação de contas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, exercício/90; Protocolo nº 1311/90, Relatório de Atividades da Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, exercício/89; Protocolo nº 659/90, prestação de contas da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, exercício/89; Protocolo nº 3649/91, Balanço Geral da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, exercício/90; Protocolo nº 4219/91, prestação de contas da Coordenação da Receita do Estado, exercício/90; Protocolo nº 4218/91, prestação de contas do Fundo de Reequipamento de Trânsito - FUNRESTRAN, exercício/90; Protocolo nº 4233/91, prestação de contas da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, exercício/90; Protocolo nº 4249/91, prestação de contas do DETRAN, exercício/90; Protocolo nº 3993/91, Relatório Anual do Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, exercício/90; Protocolo nº 4034/91, prestação de contas do Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, exercício/90; Protocolo nº 3807/91, prestação de contas da Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná, exercício/90; Protocolo nº 3808/91, prestação de contas da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio, exercício/90; Protocolo nº 3961/91, prestação de contas da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, exercício/90; Protocolo nº 3733/91, prestação de contas da Fundação Rádio e Televisão do Paraná, exercício/90; Protocolo nº 3915/91, prestação de contas da Universidade Estadual de Maringá - UEM, exercício/90; Protocolo nº 3916, prestação de contas da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - CODAPAR, exercício/90; Protocolo nº 3917/91, prestação de contas da CAFE do Paraná, exercício/90; Protocolo nº 3980/91, prestação de contas da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, exercício/90; Protocolo nº 3990/91, prestação de contas da Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA, exercício/90; Protocolo nº 3959, prestação de contas da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, exercício/90; Protocolo nº 3958/91, prestação de contas do Departamento Estadual de Arquivo Público - DEAP, exercício/90; Protocolo nº 3979/91, prestação de contas do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, exercício/90; Protocolo nº 3952/91, prestação de contas da Fundação Teatro Guaíra, exercício/90; Protocolo nº 3951/91, prestação de contas do Departamento Estadual de Transporte Oficial - DETO, exercício/90; Protocolo nº 3953/91, prestação de contas da Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, exercício/90; Protocolo nº

4205/91, prestação de contas do Fundo Especial de Reequipamento Policial - FUNRESPOL, exercício/90; Protocolo nº 4253/91, prestação de contas do BANESTADO S/A, Corretora e Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, exercício/90. Esses processos supra citados encontram-se na Comissão de Tomada de Contas à disposição de quem os queira manusear, atendendo dispositivo Constitucional. Por determinação do Senhor Presidente, será encaminhado ofício para cada um dos Parlamentares desta legislatura, com relação anexa das prestações de contas citadas para conhecimento. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, do que, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senhores Deputados membros da Comissão e por mim, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão.

(a) NILTON BARBOSA

Presidente

(a) MARIA REGINA SUBTIL
Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de maio de um mil novecentos e noventa e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do Senhor Deputado Cezar Silvestri, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antonio Toti Colaço, Dobrandino da Silva, Élio Lino Rusch e Renato Adur. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 088/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 12/91. Relator: Deputado Élio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 132/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Relator: Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 146/91, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Élio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 164/91, de autoria do Deputado Arlindo Troian e outros. Relator: Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente

encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Sandro Alberto Figueiredo, Secretário da Comissão.

(a) CEZAR SILVESTRI

Presidente

(a) SANDRO ALBERTO FIGUEIREDO
Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 8.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de maio de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Rafael Greca, João Iensen, Mário Bezerra, Alceu Swarowski e Renato Adur. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada a leitura da Ata, face a distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 189/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 21/91. Relator: Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 165/91, de autoria do Deputado Antônio Annibelli. Relator: Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 191/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 22/91. Relator: Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 97/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Relator: Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 184/91, de autoria do Deputado João Iensen. Relator: Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 136/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 14/91. Relator: Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(a) DURVAL AMARAL

Presidente

(a) WILSON PENKA - Secretário